

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 1 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**EDITAL**

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Unidade de Licitação da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, com recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado inscrito no CNPJ sob nº 08.430.961/0001-48 com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situada na Rua Paula Gomes, 145 - São Francisco - 80510-070 - Curitiba - PR, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b>  <b>Nº 90321/2026</b>  <b>TIPO: MAIOR DESCONTO</b>	<b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b>  <b>Até 09 h 59 min do dia 27/05/2026</b>  Início da sessão / disputa de lances:  <b>10 h 00 min do dia 27/05/2026</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.
--	--

**1. OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços contínuos de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes na execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo todas as atividades e intervenções descritas no Termo de Referência, incluindo a Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR, parte integrante daquele documento.

Excluem-se da presente licitação, todavia, os seguintes serviços de: a) limpeza e conservação; b) manutenção de elevadores; c) ar-condicionado e climatização; d) manutenção de SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas); e e) tecnologia da informação (cabearamento estruturado e infraestrutura lógica).

A contratação inclui o fornecimento integral de todos os insumos, materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos, EPI/EPC e todos os meios necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**1.1. Local da Prestação dos Serviços:** Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados exclusivamente nas unidades pertencentes à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná situadas no Município de Curitiba, abrangendo:

**a) Sede 01 Curitiba** – Rua Paula Gomes, nº 145, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;

**b) Sede 02 Paula Gomes** – Rua Paula Gomes, nº 110, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as ordens de serviço emitidas pela fiscalização do contrato, sem restrição de horários, exceto aquelas fixadas por lei municipal.

**2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$894.793,98** (oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos).

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 2 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Unidade Gestora: 1960 – Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Programa de Trabalho: 1960.0309208.8029 – Gestão do Fundo Especial da PGE

Fonte: 1.759.000.106 - Recursos Não Vinculados de Impostos

**4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras Públicas do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Compra: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no Portal do Compras Paraná, [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br);

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Camila Marya Leite Gubolin e equipe de apoio, designadas pela Resolução PGE n.º 178/2025, servidores(as) da Procuradoria Geral do Estado Paraná - PGEPR.

E-mail: [camila.gubolin@pge.pr.gov.br](mailto:camila.gubolin@pge.pr.gov.br)

Telefones: (41) 3281-6348

Endereço: Rua Paula Gomes, 145 – São Francisco – Curitiba – PR CEP : 80.510-070

O atendimento será feito no horário das 8h30min às 12:00 horas e das 13h30min às 17h30min.

**5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

**5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico GMS/Compras Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)) ou pelo e-mail da Comissão de Contratação ([naspge@pge.pr.gov.br](mailto:naspge@pge.pr.gov.br)) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

**5.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os documentos pertinentes ao certame (edital, anexos, elementos técnicos, estarão à disposição dos interessados no sítio do GMS/Compras Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)) e no Portal da Transparência, pelo link:

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 3 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

[www.transparencia.pr.gov.br](http://www.transparencia.pr.gov.br) informando o “Ano 2026.”, o “Número da licitação” e pesquisar.

**6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**6.1.** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2.** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

**CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

**1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: MAIOR DESCONTO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

**2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1.** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**2.1.1.** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s) serão desclassificados.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MAIOR DESCONTO sobre os valores unitários da Tabela Referencial de Custos de Edificações da SECID/PR, vigente na data da assinatura deste Termo de Referência pelo responsável técnico, observando-se que:

**a)** o desconto deverá ser uniforme e linear sobre todos os itens da tabela;

**b)** é vedado o oferecimento de descontos diferenciados entre itens;

**c)** será vedada a apresentação de valores parciais, restritos ou exclusivos de itens específicos da tabela.

**2.3.** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

**3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

**4. PROPOSTA PARCIAL:**

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 4 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### 5 CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

### 6. ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Modelo de Declaração de Conhecimento;
- Anexo VII – Locais da Prestação de Serviço/Entrega;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X – Declaração LGPD.

## CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

### 1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

**1.1.** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**1.2.** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**1.3.** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 5 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**1.4.** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras Públicas do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual Portal Nacional de Compras Públicas, conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou, ainda, por meio dos telefones **(41) 3281-6348** e **0800.978.9001** (suporte técnico).

**1.4.1.** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual [Portal de Compras do Governo Federal] implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**1.6.** Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

## 2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.1.2** Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)), nos termos do Decreto Estadual nº 9.762, de 2013.

**2.2.** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital, ou tenha sido impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná.

**2.3.** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1.** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2.** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3.** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4.** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5.** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 6 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**2.3.6.** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### 3 PROPOSTA INICIAL

**3.1.** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1.** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2.** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2.** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3.** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1.** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5.** O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 7 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**4.1.1** Valor unitário e total do item;

**4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**4.3.1.** o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

**4.3.2.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**4.4.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**4.4.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**4.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 dias (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.10.** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 8 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

Edital.

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance *de percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um por cento)*.

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.10.** O procedimento seguirá com o modo de disputa aberto e fechado, de forma que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.10.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.10.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.10.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.10.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.10.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 9 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.17.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto estadual nº 5.833 de 2024.

**5.17.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.17.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.**

**5.17.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.17.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.17.5.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**5.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.18.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**5.18.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.18.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 10 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

obrigações previstos nesta Lei;

**5.18.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.18.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.18.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.18.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.18.2.2.** empresas brasileiras;

**5.18.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.18.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**5.19.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor **ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados**.

**5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.20.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1.** Encerrada a etapa de lances e de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará o desconto classificado em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço resultante (após aplicação do desconto sobre os preços máximos estabelecidos) com os valores de referência constantes deste Edital e de seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**6.2.** Será desclassificado o desconto vencedor que:

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 11 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

I - gerar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital;

II- não atingir o desconto mínimo exigido, quando houver; ou

III - resultar em preço manifestamente inexequível, na forma dos subitens seguintes.

**6.2.1.** Considera-se manifestamente inexequível o desconto que resulte em preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado dos insumos e dos salários vigentes, acrescidos dos respectivos encargos, salvo quando se tratar de itens cuja execução envolva materiais, equipamentos ou instalações de propriedade do licitante, hipótese em que poderá renunciar parcial ou totalmente à remuneração correspondente.

**6.2.2.** Para fins de análise da exequibilidade, o licitante poderá ser convocado a comprovar a viabilidade econômico-financeira do desconto apresentado, demonstrando que possui estrutura, custos, produtividade e capacidade técnico-operacional para executar integralmente o objeto dentro dos valores decorrentes do desconto ofertado.

**6.2.3.** Será considerada inexequível a proposta de desconto que resulte em valor final incapaz de cobrir os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, especialmente mão de obra, encargos trabalhistas, materiais e despesas acessórias indispensáveis, ainda que o Edital não tenha fixado limites mínimos de preços unitários.

**6.2.4.** O licitante que não comprovar de forma satisfatória a exequibilidade do desconto, quando instado a fazê-lo, terá sua proposta desclassificada.

**6.3.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de *48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não aceitação da proposta.*

**6.5** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.6** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.7.** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.8.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.9.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.11** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 12 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**6.12.** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.12.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.12.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.13.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.14.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2.** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que conste no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

### 8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 13 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**8.1.** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final (desconto) da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o desconto sobre os serviços constantes na Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades (SECID/PR) — disponíveis em: [www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes](http://www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes), que refletirá no valor global, nos preços unitários e globais, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1.** O percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens constantes na Tabela referencial a que se refere pite, 8.1 deste Edital.

**8.1.2.** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1.** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3.** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4.** Os descontos deverão ser ofertados em números inteiros. Serão desconsiderados quaisquer valores após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## 9. OS RECURSOS

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 14 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site [www.e-protocolo.pr.gov.br](http://www.e-protocolo.pr.gov.br).

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

### 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

### 11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

**11.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**11.2** Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**11.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**11.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**11.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**11.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**11.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**11.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 15 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga.  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{I}{(TX)} = \frac{I}{\frac{(6/100)}{365}} = \frac{I}{TX} = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

**11.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

## 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**12.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 16 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gerar compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022 e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

**13.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**13.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**13.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**13.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**13.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**13.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**13.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**13.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar falhas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**13.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 17 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**13.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

A servidora que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

*datado e assinado eletronicamente*

**Beatriz Cardoso**  
Agente Profissional

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 18 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a prestação de serviços contínuos de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes na execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo todas as atividades e intervenções descritas no Termo de Referência, incluindo a Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR, parte integrante daquele documento.

Excluem-se, todavia, os seguintes serviços de: a) limpeza e conservação; b) manutenção de elevadores; c) ar-condicionado e climatização; d) manutenção de SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas); e e) tecnologia da informação (cabramento estruturado e infraestrutura lógica).

A contratação inclui o fornecimento integral de todos os insumos, materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos, EPI/EPC e todos os meios necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

##### 1.1.1. Local da Prestação dos Serviços

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados exclusivamente nas unidades pertencentes à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná situadas no Município de Curitiba, abrangendo:

**a) Sede 01 Curitiba** – Rua Paula Gomes, nº 145, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;

**b) Sede 02 Paula Gomes** – Rua Paula Gomes, nº 110, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as ordens de serviço emitidas pela fiscalização do contrato, sem restrição de horários, exceto aquelas fixadas por lei municipal.

1.1.2 O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, em razão da impossibilidade de estipulação prévia e exata das quantidades a serem executadas, sendo remunerados exclusivamente os serviços efetivamente realizados e nas suas quantidades exatas, observado o valor máximo contratual.

1.1.3 O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022, conforme interesse da Administração e desde que mantida a vantajosidade da contratação, observadas ainda as minutas padronizadas elaboradas pela PGE/PR para os termos aditivos de prorrogação de contratos de serviços contínuos.

1.1.4. Os valores referentes à execução dos serviços descritos serão estabelecidos conforme o Quadro de Valores de Referência, aplicando-se desconto linear sobre a Tabela SECID/PR, observadas as condições deste Termo de Referência.

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 19 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

Item	Descrição do objeto	Estimativa para 12 meses R\$
1	<p>Prestação de serviços contínuos, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes na execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo todas as atividades e intervenções descritas no Termo de Referência, incluindo a Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR, parte integrante daquele documento.</p> <p>A contratação inclui o fornecimento integral de todos os insumos, materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos, EPI/EPC e todos os meios necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.</p> <p><b>Local da Prestação dos Serviços</b></p> <p>Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados exclusivamente nas unidades pertencentes à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná situadas no Município de Curitiba, abrangendo:</p> <p>a) <b>Sede 01 Curitiba</b> – Rua Paula Gomes, nº 145, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;</p> <p>b) <b>Sede 02 Paula Gomes</b> – Rua Paula Gomes, nº 110, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;</p> <p>Os serviços deverão ser executados em conformidade com as ordens de serviço emitidas pela fiscalização do contrato, sem restrição de horários, exceto aquelas fixadas por lei municipal.</p>	<b>R\$ 894.793,98</b>

## 1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**1.2.1.** Serviços esporádicos, ausentes de programação prévia, a serem executados em caráter emergencial e/ou especial, de acordo como surgimento de ocorrências e solicitações desta Procuradoria Geral do Estado Paraná – PGEPR, constantes neste termo de referência, por meio de ordem de serviço, devidamente aprovada pela CONTRATANTE.

**1.1.2** Deverão ser adotadas as rotinas de manutenção corretiva padronizadas em todos os sistemas, instalações e equipamentos, conforme estabelecido no item 1.1.1.

**1.2.3** O material empregado em qualquer tipo de manutenção deverá ser fornecido pela empresa CONTRATADA, utilizando como referência os valores da Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades (SECID/PR) — disponíveis em: [www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes](http://www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes) — sobre os quais incidirá obrigatoriamente o desconto percentual ofertado pela contratada na licitação, aplicável tanto aos preços de materiais quanto às horas técnicas.

**1.2.4** A Prestação de Serviços de Manutenção Predial deverá ser realizada nos seguintes locais:

- a) **Sede 01 Curitiba** – Rua Paula Gomes, nº 145, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;
- b) **Sede 02 Paula Gomes** – Rua Paula Gomes, nº 110, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as ordens de serviço emitidas pela fiscalização do contrato, sem restrição de horários, exceto aquelas fixadas por lei municipal.

**1.2.5** Materiais: fornecidos pela Contratada, conforme Tabela SECID/PR.

**1.2.5.1** Obrigatório a observância de manter padrão igual ou superior ao existente, conforme ABNT e ANATEL.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 20 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**2.1** A Procuradoria Geral do Estado Paraná – PGEPR ocupa uma área total de 9.060,83 m<sup>2</sup>, **distribuída em dois prédios — um principal, situado à Rua Paula Gomes, 145 – São Francisco - 80510-070 - Curitiba - PR e um anexo, situado À Rua Paula Gomes, 110 – São Francisco - 80510-070 - Curitiba - PR—**, além de terraço e jardim com bancos ao ar livre.

O prédio principal possui **133** salas distribuídas em 18 pavimentos e 02 subsolos, um auditório com capacidade para **217** pessoas e uma edificação térrea **de 190,00 m<sup>2</sup> com subsolo**. O prédio anexo conta com **24** salas, distribuídas em 07 pavimentos e 01 subsolo, além de refeitório e miniauditório, e a edificação térrea conta com **05** salas.

A Procuradoria Geral do Estado, nesses edifícios, conta atualmente com aproximadamente 600 funcionários, entre servidores efetivos, terceirizados, residentes técnicos e estagiários, havendo previsão de ampliação do quadro funcional.

Além disso, o prédio recebe em média 3.000 visitantes por mês, para a realização de reuniões, formações, palestras e eventos institucionais.

**2.2.** A Administração deve garantir a conservação e pleno funcionamento de seus prédios e imóveis, sendo os serviços de manutenção essenciais, contínuos e indispensáveis diante da depreciação natural das instalações, deteriorações e necessidade de salubridade e segurança.

**2.3.** O objetivo é assegurar funcionamento contínuo, seguro e confiável dos ambientes de trabalho, por meio de manutenções nas redes elétrica, hidráulica, lógica e de telefonia, com fornecimento de materiais e mão de obra, evitando interrupções e mitigando riscos à integridade de servidores, colaboradores, visitantes e patrimônio público.

**2.4.** Os serviços serão prestados sob demanda, mediante planilha de serviços, observando-se a Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades (SECID/PR) como referência para os preços de hora técnica e materiais, disponível no endereço eletrônico: ([www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes](http://www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes)).

A efetiva composição dos custos ocorrerá no momento da emissão de cada Ordem de Serviço, ocasião em que será elaborado o planejamento detalhado dos serviços a serem executados, tomando-se por base a referida tabela referencial da SECID/PR e aplicando-se sobre ela o percentual de desconto ofertado pela contratada no certame.

**2.5.** Não se aplicam cotas reservadas, pois a natureza contínua e integrada dos serviços exige contratação única, garantindo certificação técnica, integração entre subsistemas e rastreabilidade. A fragmentação da execução comprometeria a eficiência e poderia inviabilizar a correta integração técnica entre as redes.

Exemplos de interdependência técnica:

- a) Rede elétrica: pontos de energia dependem de dimensionamento adequado do quadro de distribuição e infraestrutura física específica;
- b) Rede lógica e telefonia: dependem da infraestrutura elétrica existente, compartilhando dutos e pontos;
- c) Rede hidráulica: sistemas de bombeamento e automação integrados às redes elétrica e lógica.

**2.6** O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 21 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

Decreto Estadual nº 10.086/2022, conforme interesse da Administração e desde que mantida a vantajosidade da contratação.

**2.7** A contratação única encontra respaldo no art. 28, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, que permite reunir objetos interdependentes em um único processo quando justificada a integração técnica e funcional.

### 3. PESQUISA DE PREÇOS

**3.1** Adota-se, com base no inciso IX do art. 2º do Decreto Estadual nº 4.497/2023, a Tabela de Custos de Obras de Edificações da SECID/PR, disponível no endereço eletrônico: ([www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes](http://www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes)).

**3.2** Após a disputa, a vencedora aplicará o desconto ofertado no certame sobre todos os serviços e materiais executados, mediante planilhamento de serviços e tomando como base a Tabela de Custos de Obras de Edificações da SECID/PR.

### 4. PARCELAMENTO DO OBJETO

**4.1.** O objeto compõe um único lote, abrangendo **dois prédios**:

- **um principal e seu anexo (edifício térreo)**, além de jardim com bancos ao ar livre **situado à Rua Paula Gomes, 145 - São Francisco - 80510-070 - Curitiba – PR; e**
- **um prédio** situado À Rua Paula Gomes, 110 – São Francisco - 80510-070 - Curitiba – PR.

### 5. SUSTENTABILIDADE

**5.1.** Cumprir o Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 363, e normas ambientais vigentes, observando, no mínimo:

- a) que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) que observe a resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;
- g) que respeite as normas brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 22 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

h) que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

### 6. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. Em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, não se aplica a reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em razão da especificidade do objeto.

### 7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

7.1. O objeto da contratação é classificado como prestação de serviço comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definido, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual 10.086/2022, sendo compatível o certame por meio de Pregão Eletrônico.

### 8. FORMA DE CONTRATAÇÃO

8.1. O contrato será firmado em caráter único, sendo a empresa contratada acionada exclusivamente quando houver necessidade de execução de serviços. Cada atendimento será precedido da elaboração de planilha detalhada dos serviços a serem executados, com base na Tabela Referencial da Secretaria de Estado das Cidades (SECID/PR), e da emissão da respectiva Ordem de Serviço (OS) pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

8.2 Estabelece-se um valor máximo mensal estimado, destinado apenas a fins de controle orçamentário, ressaltando-se que o pagamento ocorrerá exclusivamente pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, conforme a demanda e as condições previstas neste instrumento.

8.3 A adoção do modelo de contratação por demanda mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que permite maior eficiência na alocação dos recursos, evita ociosidade de mão de obra e garante que os pagamentos sejam realizados apenas pelos serviços efetivamente prestados. Além disso, proporciona flexibilidade operacional para atender a imprevistos e emergências de manutenção predial, sem comprometer o equilíbrio orçamentário e financeiro da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

### 9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DA CONTRATANTE

9.1.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do Contrato, incluindo as peças/insumos necessários.

9.1.2. Reparar/corrigir/refazer, às expensas próprias, serviços com vícios/defeitos, sem prejuízo de indenização.

9.1.3. Responder por vícios e danos decorrentes da execução (arts. 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), autorizando descontos na garantia/pagamentos para ressarcimento.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 23 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

- 9.1.4. Utilizar empregados habilitados e treinados, conforme normas técnicas e de segurança.
- 9.1.5. Apresentar relação nominal dos trabalhadores e fornecer EPI's exigidos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se integralmente por obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, sociais e tributárias.
- 9.1.7. Instruir empregados quanto às normas internas do órgão.
- 9.1.8. Informar imediatamente irregularidades/falhas identificadas.
- 9.1.9. Observar a legislação relativa ao trabalho de menores (proibições conforme CF e ECA).
- 9.1.10. Manter, durante a vigência, as condições de habilitação e qualificação.
- 9.1.11. Manter dados atualizados no CADAEST.
- 8.1.12. Manter sigilo sobre informações estratégicas/confidenciais.
- 9.1.13. Ceder direitos patrimoniais do projeto/serviço técnico conforme legislação vigente.
- 9.1.14. Em projetos tecnológicos/imateriais não protegidos por privilégio, entregar todos os dados/documentos/informações da tecnologia utilizada.
- 9.1.15. Garantir ao Contratante: (a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos; (b) direitos autorais da solução, especificações, documentação e congêneres, inclusive de subcontratadas.
- 9.1.16. Iniciar serviços em até 3 horas do recebimento da OS; chamadas de emergência em até 2 horas (ex.: rompimento de tubulação, curto em quadros, queima de bomba d'água, eventos imprevisíveis).
- 9.1.17. Realizar todos os serviços estabelecido por Ordem de Serviço do contratante;
- 9.1.18. Gerir e qualificar a mão de obra necessária.
- 9.1.19. Responder por acidentes de trabalho e danos pessoais/materiais causados por seus empregados.
- 9.1.20. Designar preposto com poderes para representá-la.
- 9.1.21. Disponibilizar materiais, equipamentos e mão de obra necessários.
- 9.1.22. Observar e fazer cumprir normas de segurança e prevenção de acidentes.
- 9.1.23. Limpar e retirar entulhos após os serviços.
- 9.1.24. Dar ciência à fiscalização sobre anormalidades.
- 9.1.25. Manter condições de habilitação e qualificação (art. 147 da Lei 14.133/2021 e art. 41 do Decreto Est. nº 10.086/2022).
- 9.1.26. Fornecer uniformes, EPI's e EPC's exigidos.
- 9.1.27. Apresentar mensalmente, junto às faturas, o Certificado de Regularidade do CADAEST.
- 9.1.28. Executar, sem encargos adicionais, em fins de semana/feriados, preventivas que exijam desligamento de energia e afetem a continuidade do órgão.
- 9.1.29. Executar de forma imediata serviços inadiáveis que possam causar prejuízos/danos ou afetar a continuidade.
- 9.1.30. Recolocar móveis/equipamentos deslocados.
- 9.1.31. Discriminar unitária e quantitativamente todo material necessário e verificar sua necessidade.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 24 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**9.1.32.** Executar serviços nos padrões do Contratante e responder por prejuízos decorrentes de descumprimento.

**9.1.33.** Empregar profissionais registrados, responsabilizando-se por todas as obrigações e gestão administrativa (frequência, férias, punições, admissões/demissões etc.).

**9.1.34.** Capacitar e reciclar periodicamente seus empregados (técnico e relacionamento).

**9.1.35.** Respeitar e fazer cumprir normas de segurança e medicina do trabalho.

**9.1.36.** Estruturar-se com infraestrutura compatível, garantindo supervisão desde o início.

**9.1.37.** Garantir a plena operacionalidade dos serviços, inclusive em casos de greve/paralisação.

**9.1.38.** Comunicar imediatamente e por escrito qualquer anormalidade.

**9.1.39.** Submeter-se à fiscalização do Contratante quanto à execução e obrigações.

**9.1.40.** Manter “Diário de Ocorrência” e:

- a) seguro de acidentes de trabalho (morte/invalidez permanente);
- b) fornecer todo o ferramental;
- c) substituir empregado/preposto considerado inconveniente;
- d) exigir dos empregados correta apresentação e conduta;
- e) apresentar à fiscalização, em até 30 dias do contrato, a programação mensal;
- f) comunicar por escrito eventual atraso/paralisação com justificativas.

**9.1.41.** Emitir relatórios mensais (até o 10º dia útil):

**9.1.41.1.** Conteúdo mínimo:

- a) serviços executados;
- b) datas/horários de início e término e nomes dos profissionais;
- c) planilha de controle de retrabalho;
- d) serviços em andamento;
- e) serviços a executar;
- f) estudos/levantamentos do plano de manutenção;
- g) avaliações de equipamentos e sistemas;
- h) relatórios de alerta;
- i) relatório de vistoria mensal da contratada;
- j) faltas apontadas pela contratante;
- k) relatórios de não conformidade.

**9.1.42.** Enviar os códigos da Tabela SECID dos serviços prestados no mês anterior, para fins de pagamento.

**9.1.43.** Fornecer relatório técnico por chamado, identificando bens reparados, serviços executados e tempos.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 25 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**9.1.44** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

**9.1.45** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

**9.1.46.** Zelar pelo patrimônio público.

### **9.2. Obrigações do Contratante**

**9.2.1** receber o serviço no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**9.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.2.4** comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**9.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados, por meio de portaria expedida pela autoridade máxima desta Autarquia;

**9.2.6** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução dos serviços do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

**9.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber;

**9.2.8** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

### **10. FORMA DE PAGAMENTO**

**10.1** Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência.

**10.1.1.** O pagamento será realizado exclusivamente por medição de serviços efetivamente executados, conforme Tabela SECID/PR com aplicação do desconto ofertado, vedada a cobrança de deslocamento, mobilização, vistoria ou quaisquer encargos indiretos.

**10.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**10.3** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 26 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**10.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) 365 I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 11. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**11.1. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:** Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

## 12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**12.1.** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original;
- b. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
- c. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**12.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 12.1 deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

## 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**13.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

**13.1.1** Visando maior competitividade entre fornecedores interessados no certame, não será exigido garantia de execução contratual, visto que será exigido comprovação de índices financeiros e capital social/patrimônio líquido na fase de Habilitação.

## 14. DO REAJUSTAMENTO

**14.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 18.1.2, de 2001, utilizando-se o **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M)**.



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 27 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**14.2.** A data-base do reajuste será automática vinculada à data da aprovação do Termo de Referência, data que representa a data do orçamento.

**14.3** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.4** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**14.5** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**14.6** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### **15. EXECUÇÃO DO SERVIÇO E NORMAS TÉCNICAS/SEGURANÇA**

**15.1** Serviços executados em estrita conformidade com normas técnicas vigentes, garantindo o perfeito funcionamento das instalações e atividades ininterruptas.

**15.2** Locais de execução: conforme endereço a ser indicado pelo Contratante.

**15.3** Normas técnicas e de segurança:

**15.4** Observar normas ABNT vigentes e legislação trabalhista.

**15.5** Cumprir a Portaria MTE nº 3.214/1978 (NR's) e alterações.

**15.6** Fornecer EPI's adequados, em perfeito estado, quando medidas coletivas não forem viáveis/suficientes.

**15.7** Treinar e orientar para uso obrigatório dos EPI's, substituindo-os quando danificados/extraviados e garantindo higienização/manutenção.

**15.8** Executar sinalização de segurança e isolamento de áreas quando necessário, protegendo terceiros.

**15.9** Respeitar projetos elétricos, hidráulicos e lógicos dos imóveis.

**15.10** Rede lógica: seguir EIA/TIA 568-A, EIA/TIA 569-A, NBR 14565/ABNT; identificar e certificar com relatório e documentação ao término.

**15.11** Rede elétrica: seguir NBR 5410/ABNT (baixa tensão).

**15.12** Os preços devem cobrir todos os custos: mão de obra, encargos, ferramentas, equipamentos, transportes, veículos, celular, passagens, fretes, remoção/recolocação de móveis/equipamentos, limpeza do ambiente, e tudo mais necessário para a qualidade e funcionalidade.

**15.13** Manter equipe técnica qualificada, uniformizada e identificada, para atendimento às solicitações.

### **16. CONTROLE DA EXECUÇÃO (RECEBIMENTO)**

**16.1** O serviço terá início a partir da assinatura do contrato e o processo de execução seguirá o seguinte fluxo:

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 28 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**16.1.1** Identificação da necessidade: o setor demandante da Procuradoria Geral do Estado Paraná – PGEPR identificará a necessidade de manutenção predial, descrevendo o tipo de serviço a ser realizado.

**16.1.2** Elaboração da planilha de serviços: com base na necessidade apontada, será elaborado o planilhamento detalhado dos serviços, utilizando como referência a Tabela de Custos da SECID/PR, contemplando insumos, mão de obra e demais custos aplicáveis.

**16.1.3** Aplicação do desconto contratual: sobre os valores de referência da tabela será aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada no certame licitatório, conforme previsto no Termo de Referência e nas condições contratuais.

**16.1.4** Emissão da Ordem de Serviço (OS): após a validação da planilha pela área técnica e administrativa, será emitida a Ordem de Serviço, que formaliza a autorização para a execução dos serviços.

Esse procedimento assegura transparência, controle orçamentário e rastreabilidade em todas as etapas da contratação, garantindo que os serviços sejam executados dentro dos parâmetros técnicos e financeiros estabelecidos pela Administração Pública.

**16.2** Os serviços contratados serão recebidos pelo responsável designado para o acompanhamento e fiscalização do contrato, observando os seguintes prazos e condições:

**16.2.1.** Recebimento provisório: em até 05 (cinco) dias úteis após a execução, para fins de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada pela contratada;

**16.2.2.** Recebimento definitivo: após a comprovação da adequação e qualidade dos serviços prestados, mediante atesto do fiscal do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

**16.2.3.** O recebimento provisório e o definitivo ocorrerão nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**16.3** Nos termos do inciso II Art. 359 do Decreto 10.086/2022, poderá ser Referência do o recebimento provisório nos serviços de valor previsto no inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**16.4** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**16.5** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**16.6** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 17. SUBCONTRATAÇÃO

**17.1** O CONTRATADO poderá subcontratar até 25% (vinte e cinco) por cento dos serviços, mediante consulta e aprovação prévia do CONTRATANTE, sem que tal aprovação implique qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 29 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**17.2** A subcontratação poderá ser feita quando se identifique que não é usual no mercado a existência de empresas que executem de forma integral o objeto pretendido pela Administração, ou quando for usual no mercado próprio a subcontratação de determinados serviços.

**17.3** Não poderão ser subcontratadas parcelas do objeto para as quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes;

**17.4** As subcontratadas deverão obedecer rigorosamente ao contrato e partes integrantes, subsistindo perante o CONTRATANTE a integral responsabilidade do CONTRATADO, não podendo esta relação jurídico econômica servir de justificativa para eximir-se das medidas de controle da execução.

### 18. VISTORIA

**18.1** Os licitantes poderão vistoriar os locais até o último dia útil anterior à abertura do certame, mediante agendamento por meio do telefone (41) 3281-6348 ou (41) 3281-6504.

### 19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**19.1** O contratado que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**19.2** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**19.3** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**19.4** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**19.4.1** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**19.5** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**19.6.** Falha no atendimento de ordem de serviço no prazo fixado:

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 30 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

- de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, limitado a 10% do valor da fatura mensal.

Reincidência na execução defeituosa de serviços:

- glosa integral do item correspondente.

**19.7** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**19.8** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**19.9** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**19.10** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**19.11** As multas previstas neste termo de Referência poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

### **20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086/2022**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

O Termo de Referência e a Minuta de Contrato foram adequados à Minuta padrão, conforme os itens citados acima.

### **21. OPERACIONALIZAÇÃO DA DISPUTA**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

**EVANDRO BRASIL BASTOS**  
Procuradoria-Geral do Estado

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 31 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO II**

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, ou o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF), elaborado e emitido pelo sítio do GMS Compras Paraná, [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.4.1.3** os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.1.3.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 32 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

de abertura.

**1.4.1.4** a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

**1.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

**1.4.1.7** As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

**1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s). Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

**1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO —(Anexo VI);**

**1.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS**



**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 33 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

**1.8.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.8.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.9** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.10** Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.11** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.12** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 34 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO III**

**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90321 Ano: 2026**

**DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

Prestador de serviço	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	Cidade: Estado:
CEP:	Fax: e-mail:
Telefone:	
Banco:	Agência: Conta-corrente:

1. Constitui objeto desta licitação: prestação de serviços contínuos, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção predial, da Procuradoria Geral do Estado Paraná - PGEPR, pelo período inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022, conforme interesse da Administração e desde que mantida a vantajosidade da contratação.

**1.1. Local da Prestação dos Serviços**

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados exclusivamente nas unidades pertencentes à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná situadas no Município de Curitiba, abrangendo:

- a) **Sede 01 Curitiba** – Rua Paula Gomes, nº 145, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;  
b) **Sede 02 Paula Gomes** – Rua Paula Gomes, nº 110, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as ordens de serviço emitidas pela fiscalização do contrato, sem restrição de horários, exceto aquelas fixadas por lei municipal.

Item	Descrição	Exigências complementares	Maior desconto Percentual de Desconto Linear (Critério de disputa)
1	Prestação de serviços contínuos de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes na execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo todas as atividades e intervenções descritas no Termo de Referência, incluindo a Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR, parte integrante daquele documento.  Excluem-se os seguintes serviços de: a) limpeza e	Conforme item 1.2 – Especificações técnicas do Termo de Referência e demais exigências do edital	%

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 35 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

	<p>conservação; b) manutenção de elevadores; c) ar-condicionado e climatização; d) manutenção de SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas); e e) tecnologia da informação (cabearamento estruturado e infraestrutura lógica).</p> <p>A contratação inclui o fornecimento integral de todos os insumos, materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos, EPI/EPC e todos os meios necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.</p>		
--	---	--	--

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 36 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO IV**

**1 MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 90321/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

<sup>1</sup> A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 37 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome do representante legal

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 38 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 90321/2026

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nesta licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

XXXX [Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]



**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 39 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO VII**

**LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Procuradoria Geral do Estado Paraná - PGE/PR

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados exclusivamente nas unidades pertencentes à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná situadas no Município de Curitiba, abrangendo:

**a) Sede 01 Curitiba** – Rua Paula Gomes, nº 145, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;

**b) Sede 02 Paula Gomes** – Rua Paula Gomes, nº 110, Bairro São Francisco, Curitiba/PR;

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as ordens de serviço emitidas pela fiscalização do contrato, sem restrição de horários, exceto aquelas fixadas por lei municipal.

Responsáveis:

**Camila Marya Leite Gubolin**  
Fone: 41 3281-6348

**Solange Costa Dib**  
Fone: 41 3281-6504

Agendamento/Horários: das 8h às 12h e das 13:30 às 17:30

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 40 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO VIII**

**MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

**CONTRATANTE:** O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, com recursos do FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, com sede na Rua Paula Gomes, 145 – São Francisco - 80510-070 - Curitiba - PR, inscrito no CNPJ sob o nº 08.430.961/0001-48, representado pelo Senhor Luciano Borges dos Santos, Procurador Geral do Estado do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 90321/2026 (protocolo nº 24.936.312-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 OBJETO:**

**1.1** Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços contínuos de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes na execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo todas as atividades e intervenções descritas no Termo de Referência, incluindo os serviços previstos na Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR, parte integrante daquele documento.

**1.2** Excluem-se os seguintes serviços de: a) limpeza e conservação; b) manutenção de elevadores; c) ar-condicionado e climatização; d) manutenção de SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas); e e) tecnologia da informação (cabearamento estruturado e infraestrutura lógica).

**1.3** A contratação inclui o fornecimento integral de todos os insumos, materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos, EPI/EPC e todos os meios necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 90321/2026, objeto do processo administrativo nº 24.936.312-0 com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº xxxxxxxx, de xxxxxxxx e conforme ato de autorização nas fls. [xxxx] deste protocolo.

**3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 41 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**3.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

**3.2** O valor total do contrato é de, no máximo, R\$894.793,98 (Oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos).

**3.2.1.** O valor previsto na cláusula 3.2 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**3.2.2.** O critério de remuneração será o de Desconto Linear, incidindo o percentual de [inserir o % de desconto]% (por extenso) sobre preços unitários da Tabela de Custos de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR (Secretaria de Estado das Cidades), vigente à época da assinatura do Termo de Referência.

**3.2.3.** As medições dos serviços executados serão realizadas com base na tabela referencial mencionada no subitem anterior, aplicando-se o desconto ofertado na licitação sobre os valores nela constantes.

**3.2.4.** O desconto ofertado pela Contratada deverá ser mantido durante toda a vigência do contrato.

**3.3** No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

### 4 REAJUSTE

**4.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M).

**4.1.1** A data-base do reajuste será automática vinculada à data da aprovação do Termo de Referência, data que representa a data do orçamento.

**4.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**4.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**4.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**4.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### 5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

**5.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto nº 10.086, de 2022.

**5.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 10.086, de 2022.

**5.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 42 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

### 6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, com medição exclusivamente por itens efetivamente executados, conforme ordens de serviço emitidas.

6.1.1. Fica proibida a cobrança de mobilização, desmobilização, deslocamento, visita técnica, avaliação, vistoria e emissão de orçamento, por configurarem despesas indiretas já contempladas no desconto global ofertado.

6.2 O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, com data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

6.3 Os serviços serão prestados nos locais indicados no Anexo VII, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 05 (cinco) dias.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

### 7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 1960 – Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Programa de Trabalho: 1960.0309208.8029 – Gestão do Fundo Especial da PGE

Fonte: 1.759.000.106 – Recursos Não Vinculados de Impostos

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 43 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

### 8 VIGÊNCIA:

**8.1** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022, conforme interesse da Administração.

### 9 PAGAMENTO:

**9.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**9.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 44 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**9.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### 10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do Contrato, incluindo as peças/insumos necessários.

**10.1.2.** Reparar/corrigir/refazer, às expensas próprias, serviços com vícios/defeitos, sem prejuízo de indenização.

**10.1.3.** Responder por vícios e danos decorrentes da execução (arts. 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), autorizando descontos na garantia/pagamentos para ressarcimento.

**10.1.4.** Utilizar empregados habilitados e treinados, conforme normas técnicas e de segurança.

**10.1.5.** Apresentar relação nominal dos trabalhadores e fornecer EPI's exigidos.

**10.1.6.** Responsabilizar-se integralmente por obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, sociais e tributárias.

**10.1.7.** Instruir empregados quanto às normas internas do órgão.

**10.1.8.** Informar imediatamente irregularidades/falhas identificadas.

**10.1.9.** Observar a legislação relativa ao trabalho de menores (proibições conforme CF e ECA).

**10.1.10.** Manter, durante a vigência, as condições de habilitação e qualificação.

**10.1.11.** Manter dados atualizados no CADAEST.

**10.1.12.** Manter sigilo sobre informações estratégicas/confidenciais.

**10.1.13.** Ceder direitos patrimoniais do projeto/serviço técnico, conforme legislação vigente.

**10.1.14.** Em projetos tecnológicos/imateriais não protegidos por privilégio, entregar todos os dados/documentos/informações da tecnologia utilizada.

**10.1.15.** Garantir ao Contratante: (a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos; (b) direitos autorais da solução, especificações, documentação e congêneres, inclusive de subcontratadas.

**10.1.16.** Iniciar serviços em até 3 horas do recebimento da OS; chamadas de emergência em até 2 horas (ex.: rompimento de tubulação, curto em quadros, queima de bomba d'água, eventos imprevísíveis).

**10.1.17.** Realizar todos os serviços estabelecidos mediante Ordem de Serviço do contratante.

**10.1.18.** Gerir e qualificar mão de obra necessária.

**10.1.19.** Responder por acidentes de trabalho e danos pessoais/materiais causados por seus empregados.

**10.1.20.** Designar preposto com poderes para representá-la.



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 45 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

- 10.1.21.** Disponibilizar materiais, equipamentos e mão de obra necessários.
- 10.1.22.** Observar e fazer cumprir normas de segurança e prevenção de acidentes.
- 10.1.23. Limpar e retirar entulhos após os serviços.**
- 10.1.24.** Dar ciência à fiscalização sobre anormalidades.
- 10.1.25.** Manter condições de habilitação e qualificação (art. 147 da Lei 14.133/2021 e art. 41 do Decreto Est. nº 10.086/2022).
- 10.1.26.** Fornecer uniformes, EPI's e EPC's exigidos.
- 10.1.27.** Apresentar mensalmente, junto às faturas, o Certificado de Regularidade do CADAEST.
- 10.1.28.** Executar, sem encargos adicionais, em fins de semana/feriados, preventivas que exijam desligamento de energia e afetem a continuidade do órgão.
- 10.1.29.** Executar de forma imediata serviços inadiáveis que possam causar prejuízos/danos ou afetar a continuidade.
- 10.1.30.** Recolocar móveis/equipamentos deslocados.
- 10.1.31.** Discriminar unitária e quantitativamente todo material necessário e verificar sua necessidade.
- 10.1.32.** Executar serviços nos padrões do Contratante e responder por prejuízos decorrentes de descumprimento.
- 10.1.33.** Empregar profissionais registrados, responsabilizando-se por todas as obrigações e gestão administrativa (frequência, férias, punições, admissões/demissões etc.).
- 10.1.34.** Capacitar e reciclar periodicamente seus empregados (técnico e relacionamento).
- 10.1.35.** Respeitar e fazer cumprir normas de segurança e medicina do trabalho.
- 10.1.36.** Estruturar-se com infraestrutura compatível, garantindo supervisão desde o início.
- 10.1.37.** Garantir a plena operacionalidade dos serviços, inclusive em casos de greve/paralisação.
- 10.1.38.** Comunicar imediatamente e por escrito qualquer anormalidade.
- 10.1.39.** Submeter-se à fiscalização do Contratante quanto à execução e obrigações.
- 10.1.40.** Manter "Diário de Ocorrência" e:
- a) seguro de acidentes de trabalho (morte/invalidez permanente);
  - b) fornecer todo o ferramental;
  - c) substituir empregado/preposto considerado inconveniente;
  - d) exigir dos empregados correta apresentação e conduta;
  - e) apresentar à fiscalização, em até 30 dias do contrato, a programação mensal;
  - f) comunicar por escrito eventual atraso/paralisação com justificativas.
- 10.1.41** Relatórios mensais (até o 10º dia útil):
- 10.1.41.1** Conteúdo mínimo:
- a) serviços executados;
  - b) datas/horários de início e término e nomes dos profissionais;

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 46 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

- c) planilha de controle de retrabalho;
- d) serviços em andamento;
- e) serviços a executar;
- f) estudos/levantamentos do plano de manutenção;
- g) avaliações de equipamentos e sistemas;
- h) relatórios de alerta;
- i) relatório de vistoria mensal da contratada;
- j) faltas apontadas pela contratante;
- k) relatórios de não conformidade.

**10.1.42** Enviar os códigos da Tabela SECID dos serviços prestados no mês anterior, para fins de pagamento.

**10.1.43** Fornecer relatório técnico por chamado, identificando bens reparados, serviços executados e tempos.

**10.1.44** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

**10.1.45** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

**10.1.46** Zelar pelo patrimônio público.

**10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**10.2.7** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 47 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

### 11 GARANTIA DE EXECUÇÃO

**11.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões consignadas no Termo de Referência.

### 12 PENALIDADES:

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 48 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

### **13 CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

**13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 49 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

**13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:

**13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 50 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

### **14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

### **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

**15.1.1** é vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

**15.1.2** é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

**15.2** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**15.3** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**15.4** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 51 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 52 de 54)**  
**Pregão Eletrônico nº 321/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087**

impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**17.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**17.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**17.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 53 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Protocolo nº 24.936.312-0 EDITAL (Página 54 de 54)  
Pregão Eletrônico nº 321/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90321/2026 – PNCP – UASG PGEPR 928087

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO LGPD**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Documento: **249363120EditalPE903212026\_V2.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Beatriz Cardoso** em 05/05/2026 15:22.

Inserido ao protocolo **24.936.312-0** por: **Beatriz Cardoso** em: 05/05/2026 15:01.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: